



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputada Alice Portugal – PCdoB/BA

PROJETO DE LEI Nº , DE 2003.
(DA SRA. ALICE PORTUGAL)

Dá nova redação ao art. 23 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 23 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências” passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23. Os dados ou informações sigilosos serão classificados em ultra-secretos, secretos, confidenciais e reservados, em razão do seu teor ou dos seus elementos intrínsecos.

§ 1º São passíveis de classificação como ultra-secretos, dentre outros, dados ou informações referentes à soberania e à integridade territorial nacionais, a planos e operações militares, às relações internacionais do País, a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico de interesse da defesa nacional e a programas econômicos, cujo conhecimento não autorizado possa acarretar dano excepcionalmente grave à segurança da sociedade e do Estado.

§ 2º São passíveis de classificação como secretos, dentre outros, dados ou informações referentes a sistemas, instalações, programas, projetos, planos ou operações de interesse da defesa nacional, a assuntos diplomáticos e de inteligência e a



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputada Alice Portugal – PCdoB/BA

planos ou detalhes, programas ou instalações estratégicos, cujo conhecimento não autorizado possa acarretar dano grave à segurança da sociedade e do Estado.

§ 3º São passíveis de classificação como confidenciais dados ou informações que, no interesse do Poder Executivo e das partes, devam ser de conhecimento restrito e cuja revelação não autorizada possa frustrar seus objetivos ou acarretar dano à segurança da sociedade e do Estado.

§ 4º São passíveis de classificação como reservados dados ou informações cuja revelação não autorizada possa comprometer planos, operações ou objetivos neles previstos ou referidos.

§ 5º A classificação no grau ultra-secreto é de competência das seguintes autoridades:

I – Presidente da República;

II – Vice-Presidente da República;

III – Ministros de Estado e equiparados; e

IV – Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

§ 6º Além das autoridades estabelecidas no § 5º, podem atribuir grau de sigilo:

I – secreto, as autoridades que exerçam funções de direção, comando ou chefia; e

II – confidencial e reservado, os servidores civis e militares, de acordo com regulamentação específica de cada Ministério ou órgão da Presidência da República.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputada Alice Portugal – PCdoB/BA

§ 7º Os prazos de duração da classificação a que se refere este artigo vigoram a partir da data de produção do dado ou informação e são os seguintes:

I – ultra-secreto: máximo de trinta anos;

II – secreto: máximo de vinte anos;

III – confidencial: máximo de dez anos;

IV – reservado: máximo de cinco anos.

§ 8º Os prazos de duração da classificação referidos no § 7º poderão ser renovados uma única vez, por igual período, em razão do interesse da segurança da sociedade e do Estado, mediante ato específico justificado da autoridade responsável pela classificação original, ou de autoridade hierarquicamente superior competente para dispor sobre o assunto.

§ 9º A desclassificação de dados ou informações será automática após transcorridos os prazos previstos no § 7º, salvo no caso de renovação, quando então a desclassificação ocorrerá ao final de seu termo.”

Art. 2º Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Desde 1991 as normas de acesso a documentos sigilosos passaram a reger-se pela Lei nº 8.159, de 8 de janeiro daquele ano, e pelo disposto em decretos que a regulamentaram. Nunca é demais ressaltar a importância daquela Lei, pois um dos elementos que distingue uma democracia de um ditadura é o acesso pleno aos documentos públicos, ressalvados apenas os documentos que, em razão do interesse da segurança da sociedade ou do Estado, devam ter seu sigilo resguardado por prazo determinado. Nas



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputada Alice Portugal – PCdoB/BA

ditaduras, ao contrário, as autoridades não se sentem obrigadas a prestar contas à sociedade e se julgam no direito de impedir o acesso do público a qualquer documento por prazo fixado arbitrariamente, ou mesmo por prazo indefinido.

Ao longo dos anos de vigência da Lei nº 8.159, de 1991, foram editados vários decretos a propósito de regulamentá-la. Dentre outros assuntos, esses decretos estabeleciam classificação de documentos, quanto ao grau de sigilo, em razão do conteúdo dos mesmos, fixados também os prazos de duração correspondentes a cada classificação. Em todos os casos, esses prazos não podem superar trinta anos, prorrogáveis por mais trinta, em obediência ao disposto no art. 23, § 2º, da já referida Lei nº 8.159, de 1991.

Entretanto, no último dos decretos de regulamentação da Lei, o de nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, o Presidente da República exorbitou de seu poder regulamentar ao admitir prazo de classificação de até cinquenta anos, podendo ser renovado indefinidamente. Ante tal ilegalidade, apresentei o Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2003, com fundamento no art. 49, V, do texto constitucional, para sustar a aplicação do referido Decreto nº 4.553, de 2002.

Após maior reflexão, porém, cheguei à conclusão de que tal providência não era suficiente. O direito à informação, assegurado pelo art. 5º, XXXIII, da Carta Magna, não pode ficar sujeito à discricionariedade de cada Presidente da República, ditada pelas circunstâncias de momento. A Lei nº 8.159, de 1991, ficou, a rigor, incompleta, pela ausência em seu texto de definições mais precisas quanto ao grau de sigilo dos documentos e quanto aos prazos de duração decorrentes dessa classificação. A experiência já demonstrou que tal matéria nunca deveria ter sido relegada ao plano da regulamentação. Não se pode admitir que qualquer Presidente da República venha a buscar, no excessivo sigilo dos documentos, abrigo contra o julgamento da história.

Por essa razão, tomo a iniciativa de apresentar projeto alterando a referida lei, para incorporar à mesma regras bem definidas de classificação segundo o grau de sigilo. Para tanto,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputada Alice Portugal – PCdoB/BA

busquei adotar, tanto quanto possível, as definições e os critérios constantes dos decretos de regulamentação, restaurando, no que concerne aos prazos de classificação, os que vigoravam antes da ampliação propiciada pela edição do Decreto nº 4.553, de 2002.

A definição dos graus de classificação e respectivos prazos na própria norma legal, e não em seu regulamento, conferirá a estabilidade indispensável à construção da memória nacional. Desmontará também, o obstáculo erguido, ao apagar das luzes do governo passado, contra os que ainda buscam localizar os restos mortais de parentes desaparecidos durante a ditadura.

Espero, por esses motivos, poder contar com o apoio de meus ilustres Pares para a aprovação desse projeto.

Sala das Sessões, em 02 de dezembro de 2003.

Deputada ALICE PORTUGAL